

O TURISMO E A DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA

Raquel Maria Fontes do Amaral PEREIRA*
Rachel Aparecida de OLIVEIRA**
Daili WESTERLON***

RESUMO

Este estudo analisa os aspectos referentes às transformações geradas nas últimas décadas no município de Itapema SC, decorrentes da intensificação das atividades turísticas e do acelerado processo de urbanização responsáveis por um novo arranjo sócio-espacial. Inicialmente faz uma reflexão teórica sobre a ocupação do espaço e suas repercussões, tanto no meio natural, quanto na formação social. A linha mestra da pesquisa fundamentada no referencial teórico proposto por Milton Santos, sobretudo no paradigma de formação sócio-espacial, permitiu levar em conta os múltiplos aspectos determinantes da nova

realidade. A transição das atividades tradicionais (pesca e agricultura) para novas atividades impulsionadas pelo turismo transformou a economia do município, expressando no espaço formas distintas de uso e ocupação do território. A organização sócio-espacial original passa por um intenso processo de transformações, em que o espaço natural vai assumindo características cada vez mais artificiais para atender a finalidades estranhas ao lugar e aos seus habitantes.

Palavras-chave: Formação Sócio-Espacial; Transformações Econômicas; Turismo; Urbanização.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida a partir do Programa Integrado de Pós-graduação e Graduação (PIPG), que objetivou analisar aspectos referentes às transformações no município de Itapema, em razão do dinamismo da atividade turística e do intenso processo de urbanização, responsáveis por um novo arranjo sócio-espacial.

O município de Itapema localiza-se na faixa correspondente ao litoral norte do Estado de Santa Catarina (setor 3, conforme Figura 1). É importante destacar que as terras desse município fazem limite com as de Balneário Camboriú e que Florianópolis, a capital do estado, dista 60 quilômetros de Itapema.

Para entender as transformações ocorridas na ocupação do espaço no município de Itapema, fez-se necessário considerar os aspectos físicos, sua influência direta no modo de vida das pessoas e seus reflexos na ocupação do espaço, ao longo da história vivida pelos habitantes dessa localidade. Por isso, foi preciso recordar, de modo sintético, o início do povoamento do território brasileiro e da Região Sul, enfatizando as singularidades do litoral

catarinense, seu quadro natural e as origens do povoamento de Itapema.

Para conhecer a realidade de Itapema – balneário situado próximo ao grande pólo receptor de turistas, Balneário Camboriú – foi realizado o levantamento de dados, caracterizando as principais transformações ocorridas e a definição dos elementos responsáveis por esse processo. O estudo levou em conta as atividades econômicas desenvolvidas originalmente no município e a transição entre aquela fase e a nova, marcada pela aceleração dos fluxos turísticos, que redundou numa especulação imobiliária intensa, colocando Itapema em destaque no cenário catarinense. Tanto as atividades econômicas tradicionais (pesca e agricultura), como as novas características da economia municipal decorrentes da expansão turística, se expressam no espaço, definindo formas distintas de uso e ocupação do território. Se por um lado é possível perceber formas herdadas do passado que apresentam determinadas funções no presente, por outro, percebe-se também as tendências e perspectivas para o futuro do município.

A investigação obedeceu a diferentes etapas, nas quais foram analisadas as principais características

* Coordenadora. Doutora em Geografia Humana. Professora do Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria - CES II - Univali

** Pesquisadora. Mestranda do Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria - CES II - Univali.

*** Bolsista. Graduada do Curso de Turismo e Hotelaria - CES II - Univali.

da ocupação espacial no município de Itapema, com destaque para a sua gênese e para a evolução das atividades econômicas. O estudo, embora centrado numa localidade específica, procurou interpretá-la num contexto mais amplo – estadual e regional (litoral catarinense) – identificando os fatores exógenos e endógenos responsáveis pelas transformações vividas nas últimas décadas.

O embasamento teórico-metodológico apoiou-se em obras de referência adequadas à análise da realidade sócio-espacial e do turismo, com destaque para as obras de Milton Santos. Além da revisão bibliográfica, foram utilizadas técnicas para a coleta de dados, tais como a realização de entrevistas com moradores locais, representantes da administração pública municipal e empresários locais. Foram feitas, igualmente, várias visitas *in loco*, para avaliar a situação atual referente à organização espacial, fornecendo subsídios para uma análise comparativa com fotos e/ou documentos. O exame de fotos aéreas (datadas de 1938, 1957 e 1979), obtidas no arquivo da Secretaria de Desenvolvimento do MERCOSUL – GAPLAN, contribuiu para o entendimento da evolução da ocupação espacial ocorrida no município de Itapema.

No decorrer da pesquisa adotou-se uma combinação dos enfoques quantitativo e qualitativo, uma vez que seu objetivo era conhecer não apenas a frequência de determinados fenômenos mas, principalmente, a gênese e a evolução de uma determinada formação sócio-espacial, bem como os elementos responsáveis pelas transformações e por sua configuração atual.

A questão-problema estimuladora da pesquisa foi: Quais as transformações geradas no município de Itapema – SC, decorrentes da atividade turística e os seus reflexos na organização sócio-espacial? Diante deste problema, foi traçado o objetivo geral do trabalho:

- Analisar o papel da atividade turística no município de Itapema, buscando conhecer sua importância no contexto econômico municipal, bem como as transformações geradas por essa atividade na formação sócio-espacial.

Devido à sua amplitude, foi necessário desdobrá-lo em objetivos mais específicos, tais como:

- Identificar os fatores externos (nacionais e regionais) responsáveis pelas alterações na organização sócio-espacial de Itapema;
- Levantar informações relativas às origens do município de Itapema (gênese) e sua evolução histórica e econômica;

- Identificar as principais características naturais do município, delimitando seus principais bairros, e apontando as áreas mais dinâmicas;
- Detectar os elementos que propiciaram o desenvolvimento turístico, apontando suas tendências e perspectivas no contexto da economia municipal;
- Avaliar os reflexos da atividade turística na formação sócio-espacial de Itapema.

Para compreensão e análise da situação proposta, buscou-se apoio na obra *Espaço e Método*, na qual Santos (1998) afirma que “os elementos do espaço são determinados pelos homens, pelas firmas, pelas instituições, pelo suporte ecológico, e pelas infra-estruturas”, razão pela qual foram utilizados esses elementos na coleta de dados para a análise das transformações econômicas e as consequentes modificações no espaço urbano do município de Itapema – SC. Para Santos, estes elementos fundem-se e confundem-se, estão contidos e contêm-se uns nos outros. O primeiro elemento – os *homens* – são os responsáveis pelo funcionamento dos outros elementos. As *firmas* definem-se como as responsáveis pela produção de bens, serviços e idéias, enquanto que as *instituições* correspondem à supra-estrutura, são as responsáveis pelas normas, ordens e legitimizações. O *suporte ecológico* compreende o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano, assim, o meio ecológico abrange também as edificações dos objetos sociais. Por último, as *infra-estruturas* aparecem como serviços complementares de fundamental importância para o bom desenvolvimento do espaço. Estes cinco elementos constituíram o foco central da análise do presente trabalho, pois eles compreendem toda a realidade de um determinado espaço, no caso, o município de Itapema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Qualquer estudo que tome como fundamento a categoria de formação sócio-espacial, segundo Santos (1982), terá que iniciar tratando a gênese desta formação e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual, ou seja, a materialidade concreta expressa no espaço. Este enfoque teórico-metodológico proposto por Milton Santos é indicado para o tratamento científico da temática, tendo sido já aplicado à análise do fenômeno turístico – como se observa nos trabalhos de Adyr B. Rodrigues (1997) – no qual se entrelaçam os elementos naturais e humanos, responsáveis pela totalidade de uma realidade que é construída espacial e

temporalmente. Diante disto, a dinâmica de um espaço geográfico qualquer precisa ser compreendida à luz dos processos sociais que a engendraram, sem, entretanto, esquecer as características naturais que ofereceram as bases para o desenvolvimento local. A adoção do paradigma de formação sócio-espacial como referencial teórico manifesta uma preocupação com análises globalizantes que levam ao reconhecimento dos vários níveis na construção de diferentes realidades, sendo o primeiro nível – os alicerces – dominado pela presença do quadro natural como definidor, em menor ou maior escala, da vida humana.

Tal constatação leva à aceitação das categorias de forma, função, estrutura e processo como essenciais ao método de análise selecionado – e, neste caso, trata-se da interpretação da realidade sócio-espacial do município de Itapema – pois, sendo a totalidade um conceito abrangente, torna-se necessário “fragmentá-la em suas partes constituintes para um exame mais restrito e concreto” (Santos, 1998, p. 51). A consideração de um aspecto é vital para a apreensão da totalidade das forças que atuam sobre ele, razão pela qual “forma, função, estrutura e processo devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo” (Santos, 1998, p. 52). Tomados isoladamente eles vão proporcionar apenas uma visão parcial, já que somente a sua integração assegura a visão globalizante preconizada pelo paradigma de formação sócio-espacial. Para um melhor entendimento destes elementos foram utilizadas as definições elaboradas por Corrêa (2000, p. 76), ao discutir as categorias propostas por Milton Santos, interpretando *forma*, como sendo o aspecto visível, exterior, de um objeto. Para Rodrigues (1997, p. 71), *forma* pode ser definida como o aspecto expresso pela paisagem, enquanto que *função* implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Assim, este tem um aspecto exterior, visível – a forma – e desempenha uma atividade – a função – que se tornam assim complementares: uma determinada forma é criada para desempenhar uma ou várias funções. O termo *estrutura* refere-se à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento. É invisível, não constituindo uma exterioridade imediata. Por sua vez, *processo* é definido como uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. Segundo Santos:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo.

Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (1998, p. 52).

Com esse referencial teórico, iniciou-se o estudo da organização espacial do município de Itapema, observando-se suas formas, entendendo-se que a paisagem é a forma espacial presente, testemunho de formas passadas que podem ou não persistir. O turismo em Itapema, sem dúvida, vem se desenvolvendo gradativamente nas últimas décadas, modificando a *forma* e influenciando a vida e a identidade da população, redefinindo o papel das atividades mais tradicionais da comunidade, como a pesca artesanal e a agricultura, além de promover o adensamento da urbanização que, por sua vez, acarreta grandes transformações no espaço urbano. Entretanto, o estudo das características sócio-espaciais de Itapema no momento atual exige também o conhecimento da gênese de sua formação, o que levou à busca de novos referenciais capazes de esclarecer o processo histórico do município, desvelando as transformações ocorridas, sobretudo nas últimas décadas. Este aporte foi encontrado especialmente nas obras de Cabral (1968), Silva (1992) e Kohl (2001).

ITAPEMA NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL

A origem modesta e desvinculada do lucrativo comércio colonial agro-exportador imprimiu um caráter singular à formação sócio-espacial do Brasil Meridional, onde a conquista da faixa Atlântica representou o primeiro momento da ocupação e constituiu um passo fundamental para alcançar as terras do planalto, assegurando o domínio português sobre uma vasta área do território sul-americano disputado pelas Coroas Ibéricas.

A análise da formação do litoral catarinense permite distinguir características geográficas especiais, em que se harmonizam amplas baías, belas praias, exuberante vegetação de Mata Atlântica, com uma bem distribuída rede fluvial. Sobre este ponto, Gandavo (apud Lago, 2000, p. 97) cita que a região litorânea do Brasil colonial era um ambiente aprazível, coberto de alto e espesso arvoredo. A conjunção desses fatores foi de fundamental importância para o início do processo de ocupação do litoral que até hoje o diferenciam do litoral dos estados vizinhos.

A ocupação do território catarinense distribuiu-se em duas regiões, litoral e planalto, separadas pela

barreira das serras do Mar e Geral, que correspondem respectivamente às escarpas do planalto da bacia do Rio Iguaçu e do Rio Uruguai. No litoral, situa-se uma área mais individualizada, composta por 34 municípios que mantêm divisa com o mar (561,4km de extensão), em certos casos com grandes lagoas costeiras, e que se caracteriza por uma ocupação, economia e cultura diferenciadas de outras regiões do estado.

No século XVI, migrações de São Vicente (SP) começam a povoar o sul do Brasil. Esses paulistas passam a buscar regiões com condições topográficas e vegetais para a realização da prática pastoril, dando-se destaque para a faixa costeira da Região Sul. Essa corrente povoadora parte do ponto inicial (São Vicente) descendo até Laguna pelo litoral, e nos anos consecutivos a região costeira do atual estado de Santa Catarina passa a ser povoada, com um único objetivo: criação de gado (Vianna, 1952, p. 20-21).

Como ocorreu no restante do país, o litoral catarinense foi a área inicialmente povoada (século XVII), alvo da política expansionista de Portugal para o sul do Brasil, com a instalação, por vicentistas, de núcleos de apoio e municionamento, como São Francisco do Sul (ao norte) fundado em 1658, Florianópolis (antiga Desterro, no centro) fundado em 1662 e Laguna (ao sul) fundado em 1682.

Conforme Anjos (1996), são essas correntes de povoamento que deram sustentação ao domínio português na disputa da área com a Coroa Espanhola, e que assim originaram também a Vila de Santo Antônio de Lisboa ou Tapera (atual balneário de Itapema). A região recebeu, inicialmente, este nome porque os colonizadores europeus tinham por hábito dar o nome de santos aos novos lugares onde chegavam. Mais tarde, já no século XVIII, a estes primeiros povoadores vieram juntar-se os fluxos migratórios provenientes do arquipélago dos Açores, situado no Atlântico Norte. Esses imigrantes, pela sua história econômica de subsistência, continuaram no Brasil dedicando-se à pesca e à agricultura.

A estrutura sócio-econômica utilizada no período colonial é profundamente vinculada às particularidades naturais e à dinâmica econômica interna, aliada aos interesses da metrópole portuguesa, sendo modificada no século XIX com a chegada dos fluxos imigratórios europeus no território catarinense, que passaram a ocupar os vales Atlânticos de Santa Catarina.

O projeto de colonização do governo português no Brasil Meridional, do qual fazia parte a ocupação do espaço litorâneo catarinense, visava não somente o povoamento do território, mas também a

instalação de bases político-militares (fortificações), e armações para as grandes produções pesqueiras (pesca da baloia), associadas à intermediação comercial portuguesa e vilas de povoamento, onde se desenvolvia uma pequena produção mercantil de açorianos e madeirenses (Silva, 1992).

Os vicentistas e os açorianos foram, genericamente, os elementos formadores da sociedade litorânea de Santa Catarina. Suas atividades econômicas, cultura, costumes, religião e edificações imprimiram ao espaço características típicas açorianas, que vêm se modificando em função do aumento da exploração imobiliária/turística dos balneários e crescimento dos sítios urbanos, principalmente a partir das décadas de 70 e 80.

A paisagem do litoral catarinense apresenta recortes impostos pela presença de diversos promontórios e costões rochosos cobertos pela Mata Atlântica, intercalados por depósitos arenosos da planície costeira, formando um cenário que deslumbra turistas e moradores locais.

Esse quadro geográfico imprime ao espaço catarinense certas peculiaridades que o tornam singular frente aos estados vizinhos – Rio Grande do Sul e Paraná. De um modo geral, as condições naturais do território catarinense podem ser resumidas em duas grandes regiões: o planalto e o litoral, separados pelas serras do Mar e Geral. Associada às feições geomorfológicas do litoral, encontra-se uma grande diversidade de praias arenosas, baías e enseadas, cujas águas apresentam cores que variam do azul ao esmeralda, lagoas costeiras de diversas formas e tamanhos, estreitamente vinculadas às atividades sociais e econômicas das comunidades tradicionais. Com a popularização do veraneio e a dinamização das atividades turísticas, os municípios da orla catarinense passaram a conhecer ritmos diferenciados de ocupação e crescimento, o que fez com que alguns deles se tornassem muito cedo centros de atração de fluxos de veranistas e turistas, enquanto outros foram afetados muito recentemente. É dentro deste panorama que está inserida a localidade em estudo, o município de Itapema.

Conforme entrevista realizada com Almeida¹, o município de Itapema, no que se refere à geomorfologia, é formado por terrenos cristalinos, que constituem as montanhas e as pequenas elevações que caracterizam seu relevo. Possui dois apoios, ou seja, dois avanços da serra cristalina: um apoio é a ponta de Itapema; o outro, a de Porto Belo. Entre essas pontas se forma um arco, e nas extremidades, onde a serra avança até o mar, apresenta-se o costão. No costão, a erosão marinha, provoca a formação de blocos de rochas que se agrupam e se

acomodam na base da encosta. Ao longo da evolução geológica ocorreram diferentes períodos de glaciação, responsáveis por alterações no nível do mar. Com o aumento do nível do mar ocorreram inundações das áreas mais baixas. Por outro lado, houve também recuos do mar, que deram origem aos terraços, sendo possível perceber hoje dois níveis de terraços e a planície litorânea. Esses níveis constituíram terras propícias para a plantação de mandioca devido ao acúmulo de areia, enquanto as encostas foram utilizadas para o plantio do café. O limite do primeiro para o segundo terraço corresponde, hoje, à Avenida Nereu Ramos, e o limite entre o segundo e o terceiro, corresponde ao traçado da BR-101. Essas características de relevo coincidem com o zoneamento do espaço urbano municipal que é dividido em três zonas: Zona 1, limitada pela faixa de praia e pelas Avenidas Celso Ramos e Nereu Ramos; Zona 2, limitada pelas Avenidas Celso Ramos e Nereu Ramos com a Rodovia Federal BR-101; Zona 3, localizada após a BR-101 até a zona rural do município de Itapema. A encosta apresenta uma declividade superior a 40 graus e, quando fica saturada de água, provoca o movimento da massa de sedimentos, formando várias cicatrizes de material que rola encosta abaixo e se deposita na base. Esse depósito de encosta, por sua vez, forma terrenos muito instáveis, constituindo áreas impróprias à ocupação humana, o que nem sempre é respeitado pelo avanço da especulação imobiliária e comercial, fato visível no contexto da ocupação do espaço em Itapema.

Analisando a faixa de areia de Itapema, percebe-se a tendência da acelerada urbanização do município, com vastas extensões de expressiva densidade populacional, resultantes da ocupação desordenada da área. Essa urbanização desenfreada provocou profundas alterações locais, em decorrência das novas estruturas e equipamentos urbanos implantados em áreas de antigos mangues, o que causou, também, uma descaracterização da natureza local.

O município de Itapema tem como característica marcante de sua rápida urbanização um crescimento de caráter espontâneo e anárquico, visto que até o momento não existe um plano diretor que norteie a organização do seu espaço. A cidade cresceu de forma caótica, exigindo atualmente ações reparativas na ocupação do solo. Isso faz com que, na maioria das vezes, os planejadores desenvolvam ações corretivas no que toca à produção dos espaços urbanos.

TRANSIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS: DA PESCA AO TURISMO

Na análise de uma localidade específica, no caso Itapema, seria incorrer em erro desprezar o contexto regional e nacional para discernir as particularidades da área em estudo. Assim sendo, recorre-se aos estudos da SDE – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, em parceria com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (Santa Catarina, 1997) que mencionam a pesca como meio de subsistência dos indígenas que ocupavam o território catarinense antes da chegada dos vicentistas e açorianos. Vestígios dessa atividade estão registrados nos vários sambaquis encontrados ao longo do litoral catarinense. Os açorianos também foram responsáveis pela tradição pesqueira e, ainda hoje, existem muitas famílias que tiram o seu sustento dessa atividade.

A economia do município, até a década de 60, esteve ligada à agropecuária de subsistência e à pesca artesanal, com poucos efeitos sobre o quadro natural do distrito de Itapema que praticamente manteve suas características originais.

A lógica da produção do espaço faz-se a partir das determinações naturais e das relações sociais que acabam por deixar sua marca no espaço físico. O início do povoado deu-se na localidade correspondente ao atual Centro de Itapema, enquanto que outra parte expressiva concentrava-se na extremidade norte da baía, no povoado denominado de Canto da Praia. Esses dois locais, segundo Anjos (1996), foram escolhidos pela possibilidade de atracamento das embarcações de pequeno porte sob, influência direta da atividade econômica que predominava na época – a pesca. Esse núcleo inicial caracterizou-se por uma pequena produção mercantil de produtos agropecuários e pesqueiros, cujo excedente passa a ser comercializado. Assim, na área que corresponde atualmente ao município de Itapema, a base econômica era a agricultura, tendo como complemento a pesca.

Nunes³ informou em entrevista que a agricultura era voltada para o cultivo de mandioca, arroz, batata e café, sendo que o seu avô possuía um cafezal na região. Alguns membros de sua família, como, por exemplo, o primo, Sr. João Nunes, viviam da pesca, possuindo um grande número de barcos pesqueiros e empregando mão-de-obra local.

A agricultura praticada inicialmente era de subsistência e plantava-se o produto que, no momento, era mais valorizado no mercado. A mandioca

era a base do cultivo, sendo transformada em outros produtos, num período compreendido entre os meses de maio a agosto, fazendo assim com que o principal local de convivência das famílias fosse os engenhos, onde por dias e noites seguidas, eram produzidos farinha, tapioca, amido, roscas, beijus e cuscuzes,³ que seriam consumidos nos meses seguintes. As encostas eram utilizadas para o plantio do café, pois possuíam declives, o que evita o risco de inundações provocadas pelas águas do mar e da chuva, já que a região formava um extenso mangue.

No município de Itapema ainda existem algumas famílias que vivem da agricultura, sendo uma atividade praticada de forma muito rudimentar. Segundo entrevista realizada com Passos,⁴ atualmente a agricultura do município torna-se precária porque não há terras suficientes para gerar uma agricultura mecanizada, assim as pessoas saem da zona rural e dirigem-se à cidade, em busca de emprego.

Quanto à pesca artesanal, outra atividade tradicional do município, também se apresenta em fase de extinção no município de Itapema. Nos estudos da SDE e IBGE (Santa Catarina, 1997), foi verificado que o nível sócio-econômico da população pesqueira em Santa Catarina está abaixo de qualquer outra classe dos mais diferentes setores da economia, excetuando-se uma minoria que pratica a pesca semi-industrial, com embarcações de porte médio. A situação dos pescadores artesanais é de empobrecimento gradativo, provocado pelo próprio desequilíbrio dos ambientes de pesca resultante da pesca predatória indiscriminada praticada pela frota artesanal e industrial, da excessiva exploração do pescado sem preocupação com a preservação das espécies, da poluição de ambientes com pouca renovação de água e do assoreamento natural dos canais e rios que impede a migração genética de várias espécies de peixes e crustáceos.

TURISMO

A evolução da dinâmica sócio-espacial começa a apresentar transformações significativas, em consequência de acontecimentos marcantes que envolvem a população local, demonstrando que as maiores transformações do espaço acontecem devido às grandes mudanças sociais da própria comunidade e da conjuntura regional e nacional. Assim sendo, Anjos (1996) ressalta que a organização do espaço passa a sofrer grandes transformações a partir da emancipação do município em 1962. Em seguida, a conclusão da rodovia federal BR-101, em 1969, fazendo a ligação com as áreas mais dinâmicas do país e, em 1971, a instalação do complexo hoteleiro da rede nacional de Hotéis Plaza, com origem no

Rio Grande do Sul, imprimem uma nova dinâmica que afeta diretamente o espaço provocando alterações significativas. Investidores e especuladores imobiliários das áreas economicamente mais dinâmicas do centro-sul do Brasil e do exterior começam a fazer grandes investimentos em função do crescimento do turismo nas áreas vizinhas, mantendo uma expectativa de alta lucratividade.

Anjos ressalta que:

Os interesses globais suplantam os locais, definindo uma produção do solo muito particular. O lugar é produzido por agentes de fora do lugar, especialmente especuladores imobiliários. O espaço passa de uma pacata vila de pescadores e agricultores, essencialmente agrário, para uma área altamente urbanizada, em pouco menos de duas décadas (1996, p. 14).

Percebe-se, pois, que as transformações que se operam na formação sócio-espacial têm motivações externas e internas o que exige uma análise do desenvolvimento econômico do país nas últimas décadas. A crescente e expansiva evolução da ocupação do solo, que pode ser constatada através de fotos aéreas, permite perceber que, em meio século, as transformações ocorridas na localidade causaram grandes impactos espaciais à região correspondente ao município de Itapema.

Segundo Almeida, por volta das décadas de 40 e 50, o turismo começava a despontar de forma muito incipiente, havendo destaque para o trecho da praia que ia da casa do Sr. Cherem, habitada pela colônia de pescadores até a volta do rio, área onde se instalaram as primeiras casas de veranistas. Em seu depoimento ressalta que:

Minha avó possuía uma pousada para as pessoas de passagem. Na época não havia estrada, a estrada era a praia. Se a maré estivesse alta tinha que pernoitar para continuar o trajeto. Atravessava-se o morro e aguardava-se no hotel esperando a maré baixar. Era uma pousada para viajantes. Não existia o hábito de usar a pousada para descanso, veraneio. Estes costumes vieram depois, poucas pessoas vinham para cá, pois o transporte era muito precário.

Percebe-se, nesse relato, que Itapema representava um importante ponto de passagem para as pessoas que se deslocavam para a capital do Estado.

A partir da década de 70, a popularização do veraneio e do turismo provocou um intenso processo de expansão da especulação imobiliária em todo o litoral catarinense, ocupando e apropriando-se de terras devolutas,⁵ que eram até então utilizadas pelos

pescadores para a prática da pesca e da agricultura de subsistência, dificultando e impedindo a prática das mesmas. Igualmente as novas modalidades esportivas e de lazer (*surf, jet ski, banana boat, etc.*), introduzidas mais recentemente, prejudicam a permanência nas águas litorâneas de determinados cardumes (por exemplo, de tainhas). Dessa forma, o pescador obriga-se a trabalhar como biscateiro para os novos proprietários de terras, ou na cidade, em subempregos, afastando-se, assim, da área de praia onde anteriormente exercia sua profissão, o que demonstra o impacto social das mudanças decorrentes da introdução de novas atividades econômicas.

Com a inauguração da BR-101, em 1970, rodovia que corta o litoral catarinense no sentido Norte-Sul, verifica-se uma redefinição do espaço do município e, ao mesmo tempo, o surgimento de vários problemas decorrentes da construção da rodovia, tais como: represamento da água pluvial, por meio de diques, devido à construção inadequada de alguns trechos; alto índice de acidentes com risco de vida e perdas materiais, pelo fato da rodovia cortar o município em duas partes; poluição sonora e do ar, afetando moradores, e interferência na circulação interna da cidade.

A redefinição do espaço de Itapema é caracterizada inicialmente pela instalação de residências secundárias, quando começam a surgir os primeiros veranistas. Esses primeiros veranistas de segunda residência, vindos para Itapema, eram, em geral, famílias oriundas dos municípios do Vale do Itajaí. Um número expressivo deles residia em Blumenau e Brusque e, inicialmente, construíam suas casas de veraneio na porção correspondente ao núcleo, já ocupado pela população nativa.

Tulik define residências secundárias, como sendo as propriedades particulares utilizadas temporariamente, durante o tempo livre, por pessoas que têm suas residências permanentes em outro lugar, podendo também ser denominadas de casa de temporada. "Residência secundária [...] opõe-se à residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não [...] o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano" (2001, p. 09). Atualmente as segundas residências firmam-se como uma das modalidades de alojamento turístico mais difundidas, ocasionando um grave problema para localidades que possuem um grande número de residências com estas características, pois a princípio estas propriedades são utilizadas em grande parte somente nas temporadas; no restante do ano contribuem para dar à cidade um aspecto de abandono, caracterizado por casas

fechadas, isto sem falar que esses moradores temporários, em sua grande maioria, sentem-se descompromissados socialmente com o município.

Na década de 70, as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, utilizavam o termo "domicílios fechados" para designar a segunda residência. Porém, nos censos demográficos de 1980 e 1991, para a mesma situação passa a ser utilizado o termo "domicílios de uso ocasional", sanando o problema existente. Segundo Pearce (apud Tulik, 2001, p. 3), as residências secundárias constituem parte dos meios de hospedagem. Estes, por sua vez, integram a oferta turística que está compreendida nas estruturas e nos processos do desenvolvimento turístico. Ao analisar-se a distribuição dos meios de hospedagem pode-se medir as variações espaciais do turismo, pois constituem manifestações tangíveis e visíveis dessa atividade.

Moracs afirma que:

Tais residências de veraneio podem ser apontadas como o fator numericamente mais expressivo, revelando um dinamismo que se mantém (obviamente em ritmo menor) mesmo em períodos de crise acentuada do setor da construção civil no país. O caráter impactante da atividade de veraneio é, em termos ambientais, diretamente relacionado à capacidade dos poderes públicos de ordenarem o uso do solo. Em termos sociais, tal atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva (1999, p. 39).

A evolução e a dinâmica espacial das residências secundárias têm repercussões espaciais e socioculturais. Tulik diz que:

Estas repercussões estão, em princípio, relacionadas aos turistas e às comunidades receptoras: turistas que se deslocam nos fins de semana ou nas férias para fora do local de moradia permanente e comunidade receptora que ocupa o espaço físico-territorial das áreas de destino. O desencontro entre objetivos de uns e de outros, permeados pelos interesses de terceiros, a concentração dos turistas no tempo e no espaço e as diferenças entre características econômicas e socioculturais de moradores temporários e permanentes podem gerar repercussões espaciais, negativas ou positivas, nas comunidades receptoras (2001, p. 82).

Dentre as repercussões negativas ocorridas em Itapema, decorrentes ou agravadas pelas segundas residências, cita-se a intensiva ocupação de

extensas áreas, transformando-as em ambientes saturados e degradados com serviços deficientes e de baixa qualidade. O adensamento desses meios de hospedagem na estreita faixa de areia imediatamente junto ao mar pode tornar difícil ou mesmo impossível aos não-proprietários o acesso à praia. Tulik (2001, p. 88) cita também como efeitos negativos, gerados pelas residências secundárias, a falta de laços com a localidade, bem como a degradação das paisagens e dos recursos naturais básicos (poluição das águas, desmatamento, etc.), contribuindo para a redução das qualidades cênicas. Esse fato agrava-se quando esses meios de hospedagem passam a ocupar os lugares mais pitorescos e de vista mais atraente, geralmente localizados nos pontos mais altos e, também, ecologicamente mais frágeis.

Apesar dos efeitos negativos, decorrentes da expansão das residências secundárias, há também que lembrar os positivos. Pode-se citar que os proprietários de residências secundárias têm poder suficiente para influenciar os serviços e os aspectos socioculturais das comunidades e que, com suas atitudes e percepções, podem ser mais importantes para determinar o rumo do desenvolvimento local que os próprios moradores permanentes. Outro aspecto positivo seria a transformação das residências secundárias em permanentes, em virtude da fixação de antigos turistas que, ao se aposentarem, transferem seu domicílio principal para o destino de fim de semana (Tulik, 2001, p. 85), podendo este novo morador tornar-se um contribuinte na geração da economia local, como também, compromissado com a qualidade de vida do local escolhido para residir. Em Itapema, a construção civil é incrementada pela grande demanda de residências secundárias, gerando empregos e, conseqüentemente, renda para os moradores. Sanchez observa que, em relação ao turismo:

O setor de construção é o mais estável durante o ano, embora a mobilidade das construtoras repercuta, paralelamente, no deslocamento da população economicamente ativa, desencadeando problemas sociais, pois a família permanece no local anterior. Em contrapartida, a demanda por residências secundárias pode favorecer trabalhadores locais do setor de construção civil (apud Tulik, 2001, p. 91).

Os efeitos negativos podem transpor os positivos, se for considerada a qualidade de vida no que diz respeito à alta ocupação por moradores temporários em Itapema. Esses efeitos são decorrentes da falta de planejamento para atender à demanda que aumentou extraordinariamente em um curto espaço de tempo. Essa responsabilidade é destinada, principalmente, ao poder público, ao qual compete

efetivar o controle do espaço, sanando repercussões negativas e adotando medidas preventivas para resolver os problemas e conflitos gerados.

REFLEXOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE ITAPEMA

O turismo, como principal atividade econômica do município, necessita de um planejamento adequado no que se refere aos aspectos ambientais e sociais, propiciando benefícios significativos para a população residente e atrativos ao desenvolvimento turístico. Costa (1978) aborda o planejamento como essencial à implementação de políticas eficazes para o trato e problemas sociais. Porém ressalva que o planejamento proposto vai sempre ao encontro das expectativas de uma classe, que domina o processo de produção da cidade. Por isto, a dificuldade em conciliar planejamento com desenvolvimento e desenvolvimento com atendimento das necessidades da maioria de população, já que nem sempre o objetivo do planejamento está relacionado à forma que a cidade apresentará no futuro, e sim, à forma que mais beneficia aqueles que estão no poder.

Estas reflexões podem ser aplicadas à realidade de Itapema, onde houve um período de grande expansão na construção civil, num espaço de tempo muito curto, resultando em uma mudança radical da paisagem. Além de a população local passar a constituir uma minoria entre os habitantes do município, as transformações introduzidas no espaço do município ocorrem sem que seus moradores participem do processo que acaba por alterar a realidade, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista social.

Na Figura 2, observa-se a evolução da liberação dos alvarás para construção em Itapema. A demanda da construção civil, conforme se pode observar no gráfico, está condicionada às políticas econômicas adotadas na história recente do país. Do ano de 1985 a 1986, observa-se um aumento de 158,11% na liberação de alvarás, atribuído ao Plano Cruzado⁶. Outro aumento considerável foi registrado no ano de 1990, quando, em 15 de março, no primeiro dia de seu governo, o presidente Fernando Collor de Mello instituiu o plano de estabilização econômica – conhecido como Plano Collor, no qual entre várias medidas, destacou-se o confisco por dezoito meses dos depósitos em conta corrente e poupança, sendo permitido o resgate apenas do equivalente a US\$ 1.200. Para as outras aplicações financeiras, o resgate se limitava de 20 a 25% do valor total, excetuando-se situações em que o

aplicador tivesse assumido compromissos anteriormente à data do plano.

Essa medida gerou grande desconfiança no mercado financeiro, o que fez com que grande parte dos investidores buscassem alternativas para o resgate dos recursos confiscados, elegendo, então, aplicação em imóveis. O mercado imobiliário beneficiou-se desta situação, conseguindo burlar as medidas estipuladas, fechando contratos de compra e venda com datas retroativas, para desta forma conseguir o resgate dos recursos bloqueados. Isto explica o considerável aumento de investimentos na construção civil ocorridos em Itapema.

No ano de 1991, apesar das finanças públicas estarem em equilíbrio e das reservas externas terem aumentado, o país se encontrava em uma recessão profunda, devido ao alto nível de desemprego e ao aumento da inflação, que alcançava o patamar de 20% ao mês. Este quadro trouxe reflexos negativos para a construção civil, provocando a redução de 65,02% em relação ao ano anterior.

Em 1994, o grande "boom" da construção civil está relacionado ao Plano de Ação Imediata (PAI), de maio de 1993, e ao Plano Real, de julho de 1994, ambos elaborados pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, cujo objetivo principal era combater a inflação e ajustar as contas públicas. A inflação foi reduzida a menos de 10% ao ano, favorecendo os investimentos em imóveis, ocasionando o aumento de 137,39% em relação ao ano de 1993, do número de alvarás para construção, expedidos pela Prefeitura Municipal de Itapema.

Atualmente, os loteamentos já estão se expandindo para a zona rural, onde antes existiam plantações de arroz e outros tipos de cultivos. Muitos interessados já começam a investir em pequenas chácaras, dando uma nova definição para o espaço rural. Este vertiginoso crescimento da construção civil afetou, sem dúvida, as condições ambientais existentes no espaço do município de Itapema. Os efeitos negativos presenciados em Itapema, decorrentes do crescimento da atividade turística, poderiam ser minimizados ou até mesmo eliminados, caso as autoridades políticas, os planejadores e os empreendedores estivessem interessados em criar um turismo verdadeiramente responsável, uma atividade que gere benefícios a longo prazo (e não problemas), tanto para os residentes quanto para os turistas, sem agredir os espaços físicos e culturais da localidade.

Nas áreas em que a atividade turística começa a despontar, os órgãos públicos podem colaborar nas melhorias da infra-estrutura local. Marcelino menciona que:

As carências sociais por serviços públicos que sempre existiram, passam a fazer parte da agenda governamental a partir do interesse de se instalar o turismo na região. A implantação destes serviços provoca, por outro lado, a elevação do valor mercadológico da terra, terminando por expulsar gradativamente as populações nativas. Muitos não têm direito legal da propriedade do solo, fator este que dá caráter de legalidade ao processo de expulsão dos nativos dos seus lugares de origem (1996, p. 178).

Segundo Nunes, a expulsão dos nativos com o início da atividade turística é visível em Itapema. Os moradores locais venderam suas terras à beira-mar e mudaram-se para a Zona 3 (após a BR-101). Atualmente, a Zona 1 (faixa litorânea) é ocupada por construções de veranistas de segunda residência, ou empreendimentos, cujos proprietários são das mais diversas localidades, incluindo a Argentina. A identidade da população local foi perdida, sofrendo influência, principalmente, dos gaúchos.

Os velhos tempos, onde todos se conheciam não existem mais. Igualmente os tempos de praia com água limpa, sem esgoto. Podia-se pescar à vontade, catar caranguejos. A prefeitura permitiu que fossem construídas casas em lugares impróprios. Os casarios foram destruídos, os interesses das empresas privadas sempre prevaleceram.

É visível a diferença entre as edificações das Zonas 1 e 2 e as da Zona 3. Percebe-se que na Zona 1 há um acelerado processo de verticalização (a lei de pavimentação atual contempla a construção de no máximo sete andares) e que, na Zona 3, a característica das construções é predominantemente horizontal. Tal fato levou à constatação de que a ocupação espacial deveria ser inversa, dando-se preferência para as construções horizontais na faixa litorânea e de edificações mais altas nas áreas que compreendem as Zonas 2 e 3. Porém, evidentemente, não é esta a lógica dominante na organização do espaço, visto que a paisagem, ou seja, a vista para o mar, é, por si mesma, um produto, uma mercadoria altamente valorizada.

O desenvolvimento da atividade turística provocou a expansão da construção civil, que elevou o município à posição de segundo pólo regional no setor, perdendo na micro-região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu (AMFRI) apenas para Balneário Camboriú.

Com o término das obras de duplicação da BR-101 e a abertura do túnel do Morro do Boi, entre Itapema e Balneário Camboriú, em 2001, a expectativa de crescimento demográfico é ainda maior,

acarretando novo surto de expansão da construção civil. A rodovia duplicada fará com que o fluxo de turistas paranaenses e paulistas aumente significativamente, representando a abertura de um portal para investidores desses dois estados.

Itapema, conforme dados do último recenseamento, apresenta-se como o primeiro município em crescimento populacional do Estado. O alarmante crescimento da densidade demográfica do município nas últimas décadas concentrou-se, sobretudo, no núcleo central de Itapema e no bairro Meia Praia. O rápido crescimento populacional, entretanto, se não for acompanhado de planejamento e pelo equivalente crescimento econômico, levará sem dúvida à redução da qualidade de vida da população e à descaracterização de sua paisagem e da cultura original.

Na Figura 3, observa-se o expressivo aumento da população em um curto espaço de tempo, o que certamente provocou transformações na organização sócio-espacial do núcleo central do município, bem como sobre todos os bairros circunvizinhos. O *boom* demográfico ocorrido poderia ser interpretado como um fator de desenvolvimento e crescimento da localidade, caso ocorresse um aumento proporcional do crescimento econômico do município, tanto no que tange à circulação da moeda, aumento das atividades econômicas, melhoria de vida, quanto à infra-estrutura da localidade para absorver essa população com a qualidade desejável. No entanto, não é este quadro que se apresenta, nem tampouco é esta a visão manifestada pelos entrevistados.

O crescimento populacional exerce pressões sobre a forma de ocupação do solo, que muitas vezes se realiza sem planejamento e de forma inadequada. É importante ressaltar que o uso adequado do espaço pressupõe a compreensão da história e cultura de seu povo, o entendimento da forma de ocupação deste espaço ao longo de sua história e a identificação das dinâmicas do quadro ambiental. No caso de espaços turísticos, a determinação da qualidade ambiental do lugar deve levar em consideração os equipamentos turísticos instalados, bem como suas relações com o ambiente.

Para uma melhor compreensão das inter-relações entre a ocupação espacial, a cultura e a história local, recorremos a Milton Santos (2000, p.61), que remete ao começo da história humana, quando o homem em sociedade, relacionando-se diretamente com a natureza, constrói gradativamente a sua própria história. Nesse começo dos tempos, os laços entre território, política, economia, cultura e linguagem eram transparentes. Nas sociedades que

os antropólogos europeus e norte-americanos orgulhosamente chamaram de primitivas, a relação entre setores da vida social também se dava diretamente. Não havia praticamente intermediações, pode-se considerar que existia uma territorialidade genuína. A economia e a cultura dependiam do território, a linguagem era uma emanção do uso do território pela economia e pela cultura, e a política também estava com ele intimamente relacionada e complementa:

Havia por conseguinte, uma territorialidade absoluta, no sentido de que, em todas as manifestações essenciais de sua existência, os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, isto é, o território. Isso criava um sentido de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, que lhes atribuía, em função da produção necessária à sobrevivência do grupo, uma noção particular de limites, acarretando, paralelamente, uma compartimentação do espaço, o que também produzia uma idéia de domínio. Para manter a identidade e os limites, era preciso ter clara essa idéia de domínio, de poder. A política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável. Criava-se, paralelamente, a idéia de comunidade, um contexto limitado no espaço (2000, p. 62).

Essa concepção de sociedade é mencionada pelos entrevistados, que lembram o tempo em que Itapema vivia em comunidade. Havia concordância, conformidade, identidade entre as pessoas. Pertenciam a um grupo, com características comuns, todos se conheciam. Apresentavam-se irmanados por uma mesma herança cultural e histórica. Os primeiros veranistas que deram início à prática do turismo (década de 40 e 50) se integravam à comunidade. As professoras Nunes e Almeida citaram um marinho, Sr. Artur, que pertencia à Marinha Mercante do Rio de Janeiro, e vinha todo ano veranear em Itapema. "Quando estava chegando, soltava fogos de artifício no Morro do Encano, único acesso a Itapema; ele conseguia mobilizar toda a cidade. Havia um único barzinho, o Rancho Alegre, próximo do atual Restaurante do Cabral, ali todos se reuniam para bate-papo".

Após a década de 60 e, principalmente a partir de 70, com o rápido crescimento da população e do turismo, Itapema perdeu suas características de grupo comum, devido ao contingente vindo de diversas localidades, principalmente do Rio Grande do Sul. A produção do espaço também sofreu grandes alterações, influenciada especialmente pela especulação imobiliária, que em pouco tempo transformou o local em uma área bastante urbanizada.

Conforme a entrevista de Almeida, o desenvolvimento do turismo, no município de Itapema, se deu de forma espontânea, sem planejamento, e até os dias de hoje não existe comprometimento dos representantes do município para a implantação de um plano que vise um desenvolvimento sustentável. "Houve um crescimento da atividade turística sem a preocupação com a comunidade local e é ela que vai dar qualidade ao turismo".

As transformações sócio-espaciais de Itapema estão retratadas na atual disposição espacial, já que, com o crescimento acelerado da população residente, Itapema teve seu espaço urbano ampliado rapidamente, além da visível verticalização das construções localizadas na orla marítima. Em termos históricos, o espaço urbano, que começou a se delinear a partir do seu núcleo urbano central e do bairro Canto da Praia, expandiu-se para o Bairro Meia Praia, o que resultou em dois espaços com características diferenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que as transformações sócio-espaciais, no contexto do município de Itapema, decorrem da transição das atividades econômicas tradicionais (pesca e agricultura) para a atividade turística e a construção civil. A falta de uma política clara definida pelo poder público no que se refere às intervenções sobre o espaço urbano, somada às características geomorfológicas e às recentes facilidades de acesso são fatores que tiveram um papel destacado nas modificações por que passa o município.

Os aspectos físicos forneceram a base para a gênese da formação sócio-espacial de Itapema. A possibilidade de atracamento das embarcações de pequeno porte foi fundamental para a ocupação da área do núcleo Central e do Canto da Praia, cujos moradores viviam da pesca artesanal e da agricultura de subsistência. Entretanto, a partir de 1962, após a emancipação do município, as belas praias e a temperatura amena de suas águas contribuíram para uma ocupação da praia como alternativa de veraneio – segunda residência – para a população do Vale do Itajaí, em particular Blumenau e Brusque. Desde então, a atuação dos agentes imobiliários e da indústria da construção civil iniciou, gradativamente, alterações no espaço natural. O surgimento de grupos sociais interessados em implementar atividades de lazer, principalmente a atividade turística balneária, impulsionou a especulação imobiliária de Itapema, que desencadeou um rápido processo de urbanização, proliferação de

segundas residências e um fluxo cada vez maior de moradores ocasionais.

A partir da década de 1970, verificou-se uma grande transformação na organização sócio-espacial impulsionada, principalmente, pela inauguração da BR-101. O espaço urbano tomou novas características à medida que a própria sociedade se modificava, diante das exigências da nova realidade.

A desproporção entre as populações residente e flutuante criou uma dinâmica urbana diferenciada. Grande parte do solo urbano é utilizado ocasionalmente nos fins de semana prolongados e nos meses de verão. Em consequência, percebe-se atualmente conflitos latentes devido à divergência de interesses entre a população nativa e os proprietários de segundas residências. Estes últimos obtêm uma boa renda com a locação de imóveis durante a temporada, fazendo uma certa concorrência com os meios de hospedagem convencionais. A exemplo dos países europeus, poder-se-ia utilizar o cadastramento do imóvel na prefeitura para locação e o pagamento de uma taxa, de acordo com o número de cômodos da casa ou apartamento. O proprietário do imóvel, mediante um alvará, teria direito à locação de sua propriedade. A implantação desta prática, além de retirar esse tipo de renda da informalidade, beneficiaria o município, garantindo recursos aos cofres municipais para investimentos urbanos.

O turismo como principal atividade econômica vem se desenvolvendo rapidamente, porém, de uma forma desordenada e dissociada da preocupação ambiental e social. As edificações, tanto de moradias convencionais como de veraneio, que muitas vezes privatizam a orla marítima, ocupam ambientes frágeis e provocam poluição ambiental generalizada. *A priori*, a atividade turística poderia trazer perspectivas para o futuro, porém, a falta de planejamento e definições de medidas que beneficiem toda a comunidade, imprime um caráter caótico à ocupação espacial e provoca a degradação do meio natural. O quadro atual apresenta um cenário com regiões desmatadas, aterros em áreas de mangues e construções em espaços indevidos, prejudicando a própria qualidade de vida dos moradores e comprometendo os atrativos a serem oferecidos aos turistas. O desmatamento e a ocupação de áreas de morros provocam uma aceleração dos processos de erosão e comprometem a qualidade ambiental. Ao lado dos prejuízos ao meio natural agravam-se também os problemas sociais que devem ser enfrentados pela população nativa.

Pode-se apontar como principais pontos limitantes decorrentes da atividade turística no

município de Itapema, a poluição da praia; a perda parcial da balneabilidade; intrusão visual causando a perda da beleza cênica; o comprometimento da pesca artesanal devido à poluição das águas e aos esportes náuticos; a poluição de rios e vertentes, entre outros.

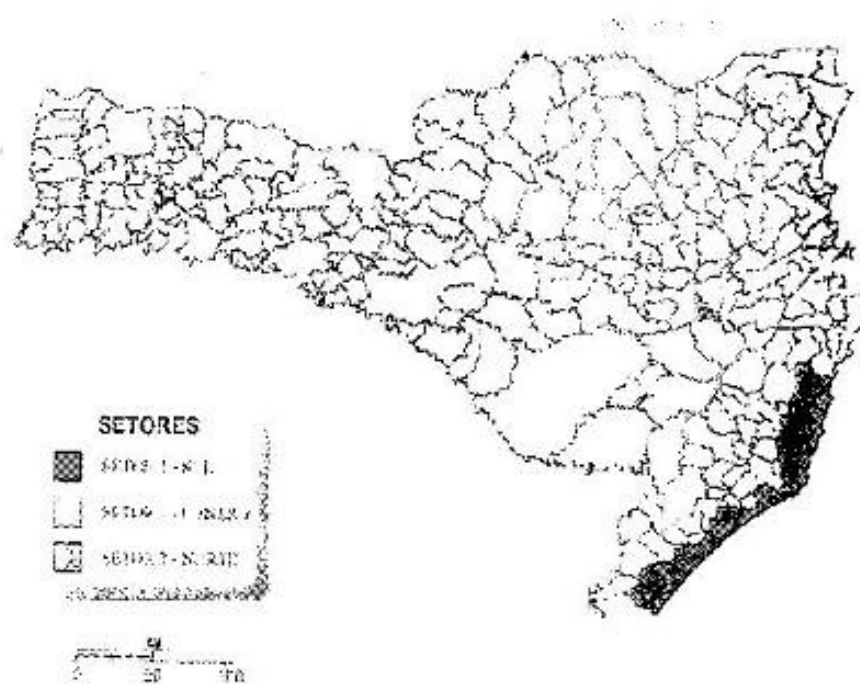
O quadro descrito demonstra a necessidade de estruturar as bases para o desenvolvimento da atividade turística através de um planejamento cuidadoso e sua implantação gradual acompanhada de monitoração técnica capaz de reverter a situação atual. Para tanto deve haver comprometimento público e participação de toda a comunidade para que possa ser oferecido um turismo de qualidade, que constitua uma fonte de renda para o município e contribua para a melhoria das condições de vida dos moradores locais. O planejamento urbano deve atentar para as transformações provocadas pelo processo de urbanização e buscar soluções para, ao mesmo tempo, preservar as características básicas do município e assegurar meios de sobrevivência às populações menos favorecidas.

A pesquisa também revelou que os antigos moradores de Itapema sentem-se entristecidos com a presente situação e não vislumbram um futuro promissor, pois estão descrentes com relação à atuação dos políticos que, em grande parte, não parecem estar comprometidos com os interesses coletivos. O objetivo maior é o lucro e, diante dele, a classe que detém o poder político e econômico

desconsidera os interesses públicos. Assim, a identidade da população fica comprometida, o que torna indispensável um trabalho de resgate e preservação da história local.

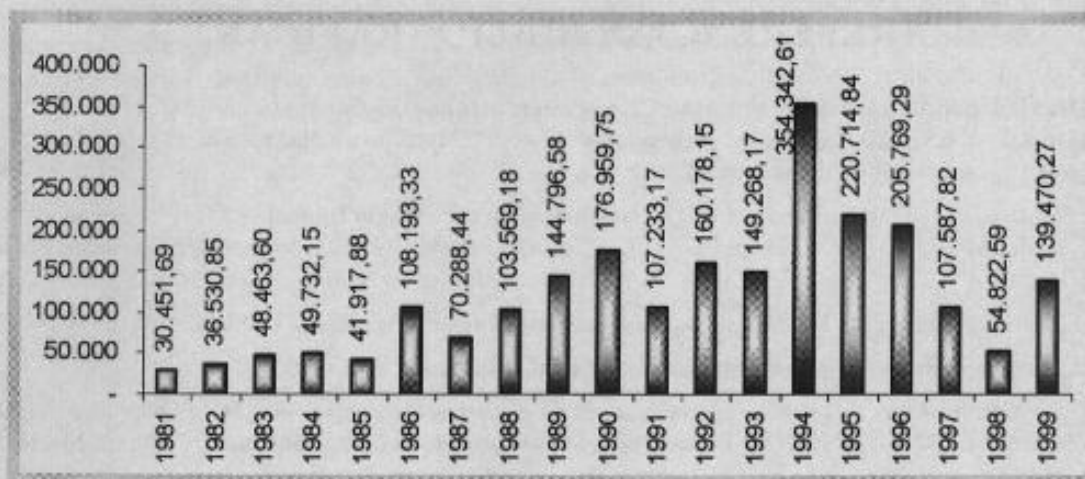
Diante desse quadro, os benefícios econômicos gerados pela atividade turística são questionados pela comunidade, pois as consequências ambientais e sociais negativas não foram mensuradas previamente.

Ao término dessa pesquisa tornou-se evidente a necessidade de um plano diretor que priorize o bem-estar da população local. As discussões acerca da problemática do turismo dizem respeito, quase sempre, aos interesses de políticos e empreendedores ligados ao setor da construção civil e imobiliária que visam, sobretudo, a maximização das vantagens financeiras obtidas com o turismo. Esses interesses, que se colocam acima da comunidade local, têm trazido problemas econômicos, ambientais, sociais, culturais e espaciais para o município, resultando no agravamento da situação gerada pelo crescimento acelerado e mal planejado. É necessário que haja uma conscientização do poder público e de grupos privados, bem como da sociedade civil para que, ao invés da prioridade aos investimentos que aumentem o fluxo turístico, passem a projetar investimentos que levem em conta a população residente, permitindo o desenvolvimento das atividades turísticas e minimizando seus efeitos negativos.



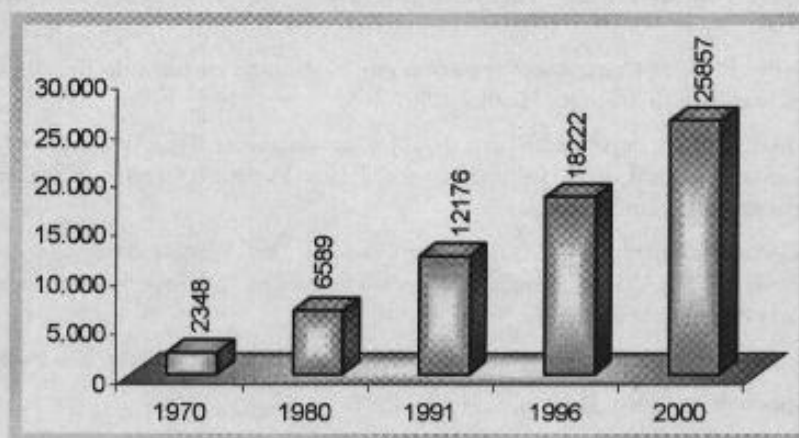
Fonte: SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul - IBOE. Projeto gerenciamento costeiro : diagnóstico ambiental do litoral de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

Figura 1. Localização do Município de Itapema no Estado de Santa Catarina.



Fonte: Secretaria do Planejamento da Prefeitura Municipal de Itapema.

Figura 2. Alvarás para construção expedidos pela Prefeitura, no período de 1981-1999 (em m²).



Fonte: IBGE apud Anuário Estatístico de Santa Catarina.

Figura 3. Crescimento da população do município de Itapema nos anos de 1970-2000.

NOTAS

¹ Entrevista realizada no dia 13 de novembro de 2000, com a Professora Neide Almeida, geógrafa formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sua família é natural de Itapema. O avô era pescador e nasceu em 1888, a avó em 1884, ambos na localidade do atual município de Itapema.

² Entrevista realizada no dia 10 de março de 2001, com a Professora de História Nara Maria Nunes, residente em Itapema desde 1945.

³ Derivados da mandioca ou da farinha de milho.

⁴ Entrevista realizada no dia 30 de março de 2001, com Stalim Passos, formado em Direito, atualmente trabalha com o Registro Civil de Imóveis em Itapema.

⁵ Terras que se encontram sob domínio público, como bens integrantes da União, dos Estados e dos Municípios.

⁶ Conjunto de medidas de contenção da inflação, implementadas durante o governo de José Sarney por meio do decreto-lei nº 2.283 de 27/02/1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, N. Neide Almeida: depoimento [nov. 2000]. Entrevistadora: Rachel Aparecida de Oliveira. Itapema: Univali – CES II, 2001. Entrevista concedida ao Projeto “O turismo e a dinâmica sócio-espacial do município de Itapema nas três últimas décadas”.
- ANJOS, Francisco Antonio dos. **Produção do espaço urbano e turismo em Itapema - SC**. Florianópolis, 1996. 60p. Projeto de Dissertação (Mestrado em Geografia: Desenvolvimento regional e urbano) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. da UFSC/SEC/PNE, 1968.
- CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo : Ática, 2000.
- COSTA, Luiz Carlos. Aspectos políticos administrativos do planejamento urbano. In: TOLEDO, Anna Helena Pompêo de; CAVALCANTI, Marly (Org.). **Planejamento urbano em debate**. São Paulo : Cortez & Moraes, 1978. p. 79-113.
- KOHL, Dieter Hans Bruno. **Porto Belo : sua história, sua gente**. 2. ed. Blumenau : Odorizzi, 2001.
- LAGO, Paulo F. **Santa Catarina : a transformação dos espaços geográficos**. Florianópolis : Verde Água, 2000.
- MARCELINO, Ana Maria Teixeira. O turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (Org.). **Turismo e geografia : reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo : Hucitec, 1996.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil : elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo : Hucitec, 1999.
- NUNES, N. M. Nara Maria Nunes: depoimento [mar. 2001]. Entrevistadoras: Daili Westerlon e Rachel Aparecida de Oliveira. Itapema: Univali – CES II, 2001. Entrevista concedida ao Projeto “O turismo e a dinâmica sócio-espacial do município de Itapema nas três últimas décadas”.
- PASSOS, S. Stalim Passos: depoimento [mar. 2001]. Entrevistadoras: Daili Westerlon e Rachel Aparecida de Oliveira. Itapema: Univali – CES II, 2001. Entrevista concedida ao Projeto “O turismo e a dinâmica sócio-espacial do município de Itapema nas três últimas décadas”.
- RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e espaço : rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Espaço & método**. São Paulo : Nobel, 1998.
- _____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis : Vozes, 1982.
- _____. **Por uma outra globalização : do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro : Record, 2000.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul – IBGE. **Projeto gerenciamento costeiro : diagnóstico ambiental do litoral de Santa Catarina**. Florianópolis, jun. 1997. 64p.
- SILVA, Célia Maria e. **Ganchos – SC : ascensão e decadência da pequena produção pesqueira**. Florianópolis : UFSC, 1992.
- TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem : casas de temporada**. São Paulo : Roca, 2001.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil – II**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1952.